

Como os professores de uma universidade pública do interior da Bahia podem contribuir aos seus alunos para uma melhor internalização da gramática normativa?

Anderson de Jesus Caires¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Igor Araújo Dantas²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Denise Aparecida Brito Barreto³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO

Este artigo é uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que visa apresentar elementos que contribuam para a discussão sobre a mudança da grade curricular no curso de Letras no que concerne à disciplina de Gramática Normativa, considerando a dificuldade dos discentes no domínio das regras normativas padrão do Português Brasileiro. A interação entre o conteúdo teórico e a prática docente no ensino básico apresenta-se como um importante fator a ser considerado nas discussões acerca da mudança curricular.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática, Gramática normativa, Regras.

¹ Graduando do quarto semestre do curso de licenciatura em letras pela universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(UESB) – Campus de Vitória da Conquista – Brasil; Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: andersoncaires82@gmail.com

² Graduando do quarto semestre do curso de licenciatura em letras pela universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(UESB) – Campus de Vitória da Conquista – Brasil; Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: Igor.dantas09@gmail.com

³ Pós-doutora em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação em Coimbra. Professora plena do DELL/PPGED/UESB – Vitória da Conquista. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Linguagem e Educação - GPLED/CNPQ/UESB. Professora da disciplina Metodologia do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa. E-mail: deniseabrito@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao decorrer do período acadêmico dos discentes, principalmente os alunos do ensino básico, os professores são surpreendidos com a autoafirmação dos alunos de que eles não sabem falar o português brasileiro, sua própria língua materna. Essa crença ultrapassa as paredes das salas de aulas do ensino fundamental/médio e se perpetua por anos sendo reproduzida no espaço do ensino superior e para além disso.

A concepção da falta de domínio linguístico é motivada, sobretudo, pelo fato dos alunos acreditarem que a língua brasileira se resume à gramática normativa. Não há dúvidas que as regras da norma culta padrão devem ser ensinadas pelos docentes e aprendidas pelos alunos. Mas, o domínio linguístico não se baseia apenas na gramática normativa. Por conseguinte, há duas outras gramáticas que a maioria dos indivíduos desconhece por não serem abordadas em sala de aula.

Perini (2006) distingue o conceito de gramática em três sentidos principais. Uma das partes é um sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que permite fazer o uso da língua. Logo, todo cidadão brasileiro sabe falar o português, pois, desde a infância o conhecimento linguístico é adquirido e a gramática é internalizada.

Outros dois sentidos atribuídos por Perini (2006) na definição de gramática é a descrição feita por um linguista sobre dados observados no uso efetivo da língua, ou seja, gramática descritiva. E, finalmente, o sentido de gramática como uma disciplina que prescreve o que é certo ou errado na língua. Em outras palavras, gramática normativa.

Assim sendo, considerando a dificuldade de graduandos e alunos em geral no que concerne à gramática normativa, este artigo tem por objetivo analisar a forma como os professores de uma universidade pública do interior da Bahia contribuem com os alunos do curso de Letras, e futuro professores, para uma melhor internalização da gramática normativa, sob o ponto de vista de uma discussão provocada em sala de aula por meio de uma atividade gramatical.

Esse trabalho se justifica não só pela observação de uma aula relacionada ao ensino normativo, mas também por fomentar a discussão sobre novas mudanças na grade curricular dos cursos de Letras no que diz respeito à disciplina de Gramática normativa.

Para a realização deste artigo foi utilizado dados encontrados em um memorial referente a uma aula do dia 03/12/2018 no curso de Letras de uma universidade pública do estado da Bahia. Logo, utilizaremos situações e diálogos reais para abordar aspectos discutidos entre docente e discentes na realização de uma atividade gramatical que contribuiu para a criação deste artigo.

“E a professora adentra na sala”, Essas foram as palavras pronunciadas pela responsável da disciplina Metodologia do Ensino fundamental de língua Portuguesa ao chegar à porta da sala de aula. Eram 12h58min e havia apenas três alunos presentes. Sorridentemente, a professora se ajeita em seu lugar e dialoga com os discentes sobre alguns assuntos como a presença dos outros alunos e o motivo da escolha do primeiro horário para a disciplina que ela ministra. Após sete minutos, quando o ponteiro do relógio marcava 13h05min, teve início a aula do dia 03 de dezembro de 2018, ainda com poucas pessoas em sala. O comando dado foi que os jovens graduandos pegassem o exercício da aula anterior para a discussão coletiva.

A correção da atividade começou com a alternativa *Levantei-me com mau jeito no pescoço*, em que existia a possibilidade de mau com U ou mal com L. A opção correta foi a alternativa que havia mau com U e a explicação da docente foi que os alunos analisassem o antônimo de cada uma das variações ortográficas dessas palavras. Logo, o antônimo da terminação com L não cabia na frase, restando a outra opção como a sentença correta.

A segunda alternativa *Faz/Fazem 12 anos que não viajo ao exterior* trazia a questão da concordância verbal, na qual os alunos tinham que escolher entre o uso do verbo no plural *fazem* ou no singular *faz*. O aluno Pedro⁴, corretamente, explicou que o verbo fazer, com o significado de existência, torna-se impessoal. Diante disso, a assertiva verdadeira foi a alternativa em que o verbo não está concordando com o complemento. Essa mesma linha de raciocínio se aplicou na alternativa seguinte, que era pra escolher entre o uso de havia ou haviam na sentença *Havia muitas pessoas na festa*. A alternativa correta foi a primeira opção.

⁴ Para preservar a identidade dos alunos e professor(a), os nomes foram trocados.

Na quarta alternativa *Existem esperanças nos olhos das pessoas*, assim como nas duas questões anteriores, o problema a ser resolvido encontrava-se na forma do verbo existir no plural ou singular. Mas, diferente das alternativas anteriores, a sentença correta foi aquela em que o verbo concordou em número com o complemento. A professora justificou a escolha afirmando que o verbo existir é pessoal e, portanto, concorda com o sujeito.

Prosseguindo a correção da atividade, a alternativa ulterior tratava do uso de mim e eu na frase *Este livro é para eu/mim ler*. Essa questão mostrou-se relevante pois houve muita participação e questionamento por parte de alunos como Iago, Maria e Vitor. A docente iniciou a explicação afirmando que o pronome pessoal *Eu* é usado antes de verbos no infinitivo. Já o uso de *mim* ocorre após o uso de preposições em contexto que não existe o verbo no infinitivo.

Após a conclusão, uma discente questionou sobre o uso de *mim* apenas no final de frase. A professora explicou e exemplificou o uso do pronome oblíquo tanto no meio como no fim de frase. Já outro discente justificou sua escolha baseado na identificação de objetos diretos e oblíquos. A educadora, embora tenha concordado com a explicação, disse que se tratando de um possível ensino para crianças e adolescentes, o melhor método para fixação do conteúdo era a definição acerca do infinitivo e da preposição, levando em consideração a dificuldade dos alunos em saber o que são os objetos diretos, indiretos ou oblíquos.

A docente ainda relatou que há erros que são comuns a muitos indivíduos, a exemplo de falantes que dizem ênes (Ns) horas ou aspiral quando se referem ao espiral. As alternativas seguintes *Tudo acabou entre mim/eu e você* e *A viúva/ viúva do falecido passeava pelo cemitério*, que tratava da redundância à semelhança de certeza absoluta e monopólio total, foram corrigidas rapidamente.

Entretanto, embora o problema da alternativa tenha sido solucionado, a discente Maria questionou a professora acerca do uso de monopólio. Pacientemente, a docente disse que o uso desta palavra se referia aos detentores dos poderes. A rede de fast food Mc Donalds e a empresa de bebidas Coca cola foram citadas para ilustrar a situação. Essas empresas, em suas respectivas áreas de atuação, possuem grande parte da venda dos produtos, logo exercem um monopólio comercial.

A alternativa subsequente trazia a possibilidade do uso ou não da crase na frase *O*

garçom serviu frango à passarinho. Ao ouvir a resposta dos colegas e da professora que acrase era usada nessa sentença, Iago ficou surpreso. Pois, ele acreditava que a crase nunca era utilizada antes de nomes masculinos. Praticamente ao mesmo tempo, o discente Vitor e a Docente afirmaram a validade da frase ao dizer que o A craseado correspondia a locução “a moda de”. Maria ressaltou a dificuldade das regras sobre essa acentuação e a docente disse que realmente há muitas regras de uso sobre a crase, sendo mais fácil aprender os contextos em que o acento ortográfico não é utilizado.

As alternativas *Porque/Por que você não foi à escola* e *Os brasileiros assistem as/às novelas*, respectivamente, não ofereceu grandes dúvidas aos discentes. Por sua vez, *Prefiro leite a café ou prefiro mais leite do que café* dividiu a opinião da turma. Aos que assinalaram a primeira alternativa foi solicitado que justificassem a opção. Um dos alunos afirmou que era pelo fato da regência. A professora, com sua voz forte, concordou com a análise do aluno reafirmando que o verbo preferir é regido por prefiro algo a alguma coisa, e não: prefiro algo do que alguma coisa. A partir daí, os alunos foram aconselhados a sempre perguntar ao verbo, que é o núcleo da frase, a fim de descobrirem a regência de cada verbo. Tal explicação sobre regência também é abordada por Perini (2001, p. 160) e o autor explica da seguinte forma:

Diremos, então, que o verbo gostar, na frase *Todo gato gosta de sardinha*, rege o complemento (no sentido de que faz exigências quanto a sua presença e /ou sua forma), diz-se também que gostar é o termo regente, e o adjunto circunstancial com de é o termo regido. Temos aí, portanto, um exemplo do fenômeno da regência.

Na alternativa subsequente, os discentes precisavam escolher entre a frase *O prefeito prometeu novas denúncias* sem ou com o uso da vírgula após o verbo. Opondo a resposta da professora de que a alternativa sem vírgula era a correta, o discente Gustavo, que a partir desse momento, participou cada vez mais da correção, travou um pequeno debate linguístico com a educadora. Após alguns minutos e sorrisos, foi explicado que não se separa sujeito de predicado ou verbo de complemento. As dúvidas relacionadas ao uso da vírgula é tão comum que segundo a docente há um livro que trata apenas desse acento.

A alternativa *A professora esqueceu o/os óculos* foi, talvez, a mais tranquila até o momento; todos acertaram. Na alternativa *Comprei-o/ele para você*, a primeira opção era a

correta. O discente Marcos citou a regrinha da ênclise; A educadora completou e pediu que todos anotassem em seus cadernos que pronome pessoal como Eu, tu e Ele nunca ocupa lugar de objeto direto.

Continuando as análises sobre as alternativas, os alunos escolheram entre *Vende/vendem-se tijolos*. Uma vez que o verbo vender é pessoal, a opção verdadeira era aquela que estava flexionada em número. Semelhantemente, a próxima alternativa *Precisa/Precisam-se de empregadas domésticas* trazia a reflexão acerca da concordância verbal. Após uma rápida pesquisa realizada por meio das mãos levantadas dos alunos, a professora constatou que as respostas assinaladas foram praticamente meio a meio. Todavia, a alternativa correta era a que o verbo estava no singular. Justificando a opção, a docente explicou que sempre quando vier uma preposição “de” depois do verbo a concordância verbal permanecerá no singular.

O uso equivocado dos verbos citados nas duas últimas alternativas é tão comum que a professora pediu que os discentes observassem as placas de venda de imóvel utilizadas pelas imobiliárias ou anúncios de empregos em que está escrito: *Precisam-se de funcionários*, sendo que a forma correta seria *precisa-se*, no singular, pois quando há uma indeterminação do sujeito o correto é que o verbo seja conjugado na 3ª pessoa do singular, independentemente do objeto indireto estar no singular ou no plural.

A décima oitava alternativa possibilitava a escolha de *As crianças foram ao/no cinema*. Os discentes que estão com a grelha temática dos verbos internalizada não hesitaram em afirmar que a opção certa era a primeira alternativa. Percebe-se que as aulas dos núcleos preposicionais ministrada pela professora da disciplina de Sintaxe, Andreza, contribuíram para o conhecimento dos graduandos. A educadora, tão importante quanto Andreza, reafirmou que o verbo ir é classificado como verbo de movimento. Logo, quem vai, vai a algum lugar.

As respostas positivas da última alternativa ilustra o que Oliveira (2010) afirma ao escrever que os cursos de formatura em Letras visam à formação de professores; logo, nesses cursos, abordar uma teoria sem fazer conexão entre ela e a prática docente é condenável. Por outro lado, se um professor(a), como a docente de sintaxe, utiliza ferramentas para contextualizar as teorias vistas no ensino superior como a X-barra com o português que é ensinado na educação básica que é a gramática normativa, a absorção do conteúdo por partes

dos universitários será muito maior e o benefício a curto e longo prazo será eficiente.

O seu atraso implicará em/ punição quase derruba a afirmação do conhecimento temático por parte dos alunos. A maioria da turma respondeu a primeira alternativa quando na verdade a sentença correta era a segunda. Como muitas alternativas anteriores, aqui bastava perguntar ao verbo, pois a estrutura temática do verbo implicar consiste em implica alguma coisa e não implica em alguma coisa com a preposição no meio.

Na alternativa ulterior *Os vestibulandos vivem à custa/às custas dos pais* a sala em uma voz uníssona respondeu a segunda opção. Porém todos os discentes estavam errados e a educadora ainda explicou perfeitamente que às custas são despesas, tarifas ou coisas parecidas e que nesse caso não restava outra opção além da primeira alternativa que semanticamente corresponde a os alunos vivem na dependência dos pais.

Prosseguindo a correção da atividade, a alternativa seguinte trazia as possibilidades *Espécie em vias/via de extinção*. A alternativa correta seria com o uso de via. A explicação da questão dada pela professora foi que vias se trata de ruas, estradas, etc. não podendo ser utilizada nessa frase devido ao contexto semântico.

Na alternativa *A seção/sessão da câmara Municipal terminou tarde*, os alunos tiveram muitas dúvidas. Enquanto a maioria da turma respondeu a opção com ç, uma minoria, que estava correta, respondeu com o uso dos dois s. Maria, bastante participativa na sala de aula, perguntou a diferença entre as duas formas. A professora respondeu que a primeira se trata de repartição, divisão, enquanto a segunda está relacionada ao contexto de reuniões e encontros.

Em contrapartida a essa alternativa, as duas questões subsequentes foram, mediante as respostas dos alunos, as mais fáceis de serem escolhidas. Enquanto uma trazia o Uso do determinante da palavra alface em masculino e feminino na sentença *A alface estava gostosa*, a outra tinha o enunciado *Preços a partir/apartir de R\$ 1,99*. Após os alunos afirmarem que não existe apartir junto, a docente os parabenizou, pois isso é um problema comum tal como a escrita da palavra acerca junto e separado.

Na alternativa *As aulas iniciam / iniciam-se amanhã*, a professora explicou que o verbo iniciar é um verbo reflexivo e, portanto, tem que ter o *se*. Por exemplo, quem inicia,

inicia alguma coisa. Logo, as aulas iniciam-se amanhã. Nesse momento, a análise dessa questão foi interrompida para que Vitor explicasse e compartilhasse uma informação útil relacionada ao uso de *acerca* junto e separado tratado na questão anterior. Percebemos aqui o efeito positivo da iniciação científica a qual o jovem aluno faz parte. Ele está totalmente ligado em ambiguidades gramaticais.

A vigésima sexta alternativa *O técnico não viu qualquer/nenhum risco no jogo* deixou todos surpresos. Os discentes marcaram a alternativa que usava o *qualquer*, mas a opção verdadeira era aquela em que o *nenhum* foi utilizado. Aqui, nem o elogiado Vitor escapou, sem êxito, ele argumentou que se confundiu com a *gerativa* e as questões acerca da dupla negação. Nesse momento, os graduandos da turma esqueceram-se que a *normativa* e a *gerativa* têm concepções diferentes.

Se, por um lado, esse exercício teve exemplos sobre verbos reflexivos, por outro, não poderia ter deixado de fora os verbos atrativos. E foi na alternativa de número vinte e sete que essa questão apareceu. Os discentes tinham que escolher entre *Soube que os homens se feriram/ feriram-se no trabalho*. Para os alunos que assinalaram a primeira opção, a educadora pediu que justificassem a escolha, mas nenhum ofereceu qualquer justificativa, deixando claro o achismo na hora da resposta. Posteriormente, a professora explicou que existem verbos atrativos e que *ferir* é um desses verbos.

As quatro opções seguintes foram respondidas sem grandes implicações. Na primeira alternativa os alunos deveriam escolher entre *espinho* e *espinha* na sentença *A menina engasgou com a espinha do peixe* a seguinte questão, com um maior grau de dificuldade, tratava acerca da conjugação do verbo *intervir* na sentença *O diretor da escola entrevistou/interveio na discussão*. A seguinte alternativa abordava o uso de *meio* ou *meia* na frase *A professora era meio louca* e a quarta questão havia a possibilidade de escolha entre o verbo *ficar* no imperativo ou na 3ª pessoa do singular na sentença *Fique você comigo*.

Continuando a correção, os alunos tinham que escolher entre as opções *O garoto foi tachado/taxado de ladrão*. A sentença correta era a que *tachado* era escrito com *ch*. Gustavo não compreendeu muito a diferença entre as duas grafias e solicitou que a professora explicasse um pouco melhor. Logo após Gustavo ter compreendido a diferença de *taxado* com *x* ou com *ch* no contexto da frase em questão, a professora indaga a turma sobre qual seria a

forma correta: *Ele foi um dos que chegou/chegaram antes* e para surpresa de todos, e segundo o vasto conhecimento da docente, ambas as formas estão corretas de acordo com uma gramática, porém é preferível a forma mais canônica *Chegaram*.

Prosseguindo as análises, foi discutida outra frase que tratava sobre estatística, afinal 175 ou 200? Gustavo impondo sua voz e justificando que de acordo com o justificado por sua colega o número 200 daria mais amplitude e, logo após, a professora explanou que quando se trata de estatística é preciso um número exato, e para exemplificar a professora faz uma relação à sala e questiona: “*Aqui na sala tem cerca de 17 alunos ou 20?*”, todos já dominando o assunto respondem 20 e ,ao mesmo tempo, a professora responde 17, porém a docente logo se desculpa pela pequena confusão, e afirma que a turma estaria correta.

A seguinte oração em questão tratava de duas formas de se usar o verbo chegar, com as seguintes alternativas: *Tinha chego/chegado atrasado*. Todos afirmam ser *chegado*, e a professora acrescenta que o uso de *chego* estaria incorreto, concordando com a resposta apresentada pelos graduandos. Logo após, a professora complementa a discussão com alguns outros exemplos e Maria cita um verbo que pode ter essa conjugação a exemplo de *ganho*, que se encaixa em certos contextos. Por conseguinte, Nádia não compreende a explicação da professora sobre a pluralização ou não de cores, a exemplo da oração “*Quero calças cinza/cinzas*” que pode variar se na frase em questão os termos estejam como um substantivo ou adjetivo. Como referem Cunha e Cintra (1986) quando a palavra composta desempenha a função de adjetivo, se o último elemento é um adjetivo, concorda em gênero e em número com o substantivo (calça azul-clara/camisas azul-claras).

Os discentes fizeram uma retomada de um assunto discutido na aula de morfologia do segundo semestre quando Vitor cita o processo de Reanálise para explicar a ocorrência de *vale-refeição*. A partir desse comentário surgiram inúmeras discussões sobre os possíveis sentidos da palavra *vale*, e no final do pequeno debate a educadora acrescentou que tudo na língua deve ser refletido, encerrando os inúmeros debates paralelos sobre o termo *vale-refeição*. Seguindo as discussões, a questão a ser avaliada abordava a seguinte dúvida: *Todos queriam namorar a/com Marisa* à medida que todos respondiam *a Marisa*, Aline questiona sobre o sentido da palavra namorar, mas logo após, a docente salienta que “namorar é namorar e não há outro sentido”. Após tal explicação Alice afirma que não conseguiu responder essa questão por não conseguir “visualizar” a situação.

Não é de se surpreender que a turma, em geral, não dominava a gramática como deveria, ficou ainda mais evidente com a surpresa do uso da mesóclise “Far-lhe-iam” que em determinados contextos poder ser válida. Seguindo os comentários, Aline explica que a oração *A artista deu à luz quintuplos* a deu motivos para buscar o significado do termo “parir”, que é o termo mais utilizado quando é para se referir ao ato da mulher ter um filho. A seguinte frase aponta mais uma vez a importância do resgate dos conhecimentos já adquiridos em disciplinas anteriores. Essa questão foi pela primeira vez tratada pelo cientista suíço Jean Piaget (1978) que chamou a atenção para a importância daquilo que se convencionou chamar de conhecimento prévio, e com ajuda da morfologia foi possível de se explicar a ocorrência de *Político-partidários*, desta forma, com a explicação de Marcos a pedido da professora, o fato foi esclarecido.

Continuando a discussão gramatical, surge um questionamento embasado a partir da nova reforma ortográfica. O assunto em questão era o banimento do trema da língua portuguesa. Então como explicar o som extinto do trema ainda presente em algumas palavras? Foi o que causou questionamentos a respeito da palavra Birigui. Depois de tantas respostas, sobre tantos erros gramaticais relacionados à atividade, a turma já se encontrava mecanizada a somente responder qual forma seria a correta, porém a professora faz uma ressalva para que os discentes não se esqueçam de justificar as respostas, pois, ao contrário, estariam todos desviando do real objetivo da atividade.

A oração seguinte foi também motivo para questionamentos dos graduandos, a exemplo de Gustavo, que como sempre demonstra sua surpresa ao se dar conta de que não se pluraliza zero. A partir desse ponto, a docente encontrou outros exemplos para destrinchar melhor o assunto, como a frase agramatical “Risco de morte” sendo que sua forma correta seria “Risco de vida”. Logo em frente surge mais uma vez Gustavo questionando a seguinte frase: *A promoção veio ao encontro de seus desejos*, alegando que a forma correta seria: *...de encontro aos seus desejos*, porém se lembrar da grelha temática do verbo vir e sua dúvida foi então sanada.

Novamente, na seguinte oração, Gustavo reaparece discordando que o termo *adapta* seja correto na sentença *Ninguém se adapta ao novo sistema*, e ainda acrescenta que o ser humano já nasce adaptado ao sistema, o que convida Aline a participar da discussão, e logo

argumenta que seu colega se precipita ao afirmar tal coisa, sendo que o ato de adaptar é aprendido e contínuo no ser humano.

O seguinte debate tratava do uso de *por/pôr*, o que abriu via para o questionamento de uma possível acentuação gráfica em “para” enquanto verbo, e com ajuda de Vitor foi salientado que “para” perdeu de fato o acento gráfico. Nessa atividade ainda foi entendido por alguns, regras gramaticais desconhecidas que a professora apresentava. Como no exemplo do uso obrigatório de uma negativa para o advérbio *sequer* que, segundo a gramática normativa, o advérbio “sequer” precisa do auxílio de um advérbio de negação como “não”, “nem” ou “nunca”.

Já era visível a inquietação da turma, visto que os alunos ainda teriam de assistir a aula de outro professor. Ademais, a atividade continuava com um esclarecimento de dúvida de Gustavo indagando a docente o porquê de *Televisão a cores* ser a forma errônea, e *Televisão em cores* a correta, mas logo sua dúvida foi resolvida.

Com a discussão em seus minutos finais, a correção da frase *É hora de a onça beber água* gera um pequeno debate para frisar o motivo dessa ocorrência, então, mais uma vez Vitor, demonstrando já certo domínio de regras gramaticais explana sobre o fato do termo “de a” ser preferível a “da” e com ajuda da professora a situação foi esclarecida completamente, pontuando que sempre que haver um verbo no infinitivo irá ocorrer o uso de “de a”.

A participação de Vitor não parou nesse ponto, visto que ainda explicou a ocorrência da expressão *A meu ver* e *Ao meu ver*, termo este que foi motivo de grandes dúvidas por todos da sala, e já no final do debate dessa questão em particular Mariana afirmou que ambas as formas estavam corretas.

Após isso Gustavo trata de lembrar a professora que o horário da aula já havia terminado, então rapidamente foi decidido por todos terminar as últimas oito orações restantes para encerrar essa atividade. Isto posto, a atividade já estava sendo realizada as pressas, porém ainda houve um momento para uma colocação relevante da docente que afirmou que o uso de “fomos” na oração “Agente fomos embora” é possível, e esta colocação fecha as discussões.

A partir das questões apresentadas e da abordagem gramatical no exercício, percebe-se

a dificuldade que alguns graduandos ainda possui no que concerne à questões gramaticais. Porém, deve-se atentar que muitas vezes erros cometidos pelos discentes são resultados da forma como internalizam os assuntos estudados. Sírio Possenti (1996) apresenta em sua obra “Por que (não) ensinar gramática na escola” algumas concepções de erro, a exemplo da gramática normativa que afirma que erro é tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem. Tal afirmação é equivocada, visto que essa concepção já se encontra totalmente ultrapassada e totalmente arcaica, pois é evidente que os padrões sofrem constante alterações através da história.

Portanto, o que se observa com as respostas da atividade ilustrada nesse artigo é que os discentes, em grande parte, não possuem domínio sobre a norma culta padrão. Porém, a partir dos fatos destacados ficou evidente um ótimo uso da tática, anteriormente apresentada e introduzida primeiramente por Jean Piaget, do resgate de conhecimentos prévios. A partir desse fato é visível, a necessidade de uma constante interdisciplinaridade já que, como apresentado nesse trabalho, essa foi uma tática utilizada pelos discentes para os auxiliar na atividade e que sanou boa parte das dúvidas dos graduandos guiando-os na resolução das questões apresentadas.

Finalmente, nota-se a importância da aula para a promoção de discussões que estimulem novas formas de pensar aspectos “engessados” dentro da universidade. Futuros professores de Língua Portuguesa estão se formando sem o domínio da gramática normativa. Repensar a grade do curso de Letras a partir de inserção da disciplina da Gramática Normativa é fundamental, considerando que sua estruturação é totalmente incompatível com as exigências dos discentes.

Referências

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 1986, p. 252.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4a Ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 160.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, Mercado de Letras, 1996, p. 78.